

# Introdução

Fernando Ribeiro

CHC-FCSH/UNL

## 0.

A presente obra «Alemanha-Portugal: Aspectos em revista» versando aspectos, através dos quais se realiza a interacção entre Alemanha e Portugal, tem por escopo contribuir para a compreensão desse entendimento que persiste apesar das vicissitudes económicas, políticas, históricas entre outras.

Acolhendo contribuições de várias origens – Ciência Política: Adriano Moreira, Ana Mónica Fonseca; Geografia: José Lúcio, Bruno Pereira Marques; Economia: J. Félix Ribeiro; História da Cultura e Diplomacia : Fernando Ribeiro –, contempla todos os que perseguem o melhor modo, pelo qual os povos podem continuar a edificar futuro, uma vez que somente quando vencedores – e vencidos, igualmente – souberem transformar em sabedoria o «sacrifício brutal da guerra» como, logo a princípio, refere o Professor Adriano Moreira, poderá a humanidade, ao encontro de si própria, trabalhar para a paz duradoura. Gizando modos de, em interacção, se conseguir forma de aglutinar energias dos povos carentes de união e de visão prospectiva e assim fazer o sonho baixar à realidade aferida pela prosperidade, global.

## 1.

Ana Mónica Fonseca destaca o papel preponderante da República Federal da Alemanha na transição e consolidação do regime democrático em Portugal e consequente pedido formal de adesão à CEE (1974-1977). Apresenta a RFA que, mantendo relações privilegiadas a Leste e sempre almejando a sua unificação, não descurava «a estabilidade, o reforço e o futuro alargamento da CEE», procurando assim ajudar à credibilização do regime democrático que sucedeu ao derrube do Estado Novo e que promoveu o processo de descolonização em Portugal.

Mostrando a importância de Mário Soares nas relações com Willy Brandt e o SPD – fundamentais desde logo na fundação do Partido Socialista (Abril '73) –,

AMF prossegue apontando a acção decisiva de partido e fundação Friedrich Ebert da Social-democracia alemã para com PS bem como a influência da diplomacia germânica sobre os restantes membros da CEE, e também dos EUA, para que o apoio ocidental à democracia portuguesa ajudasse esta quer a evitar mudar de rumo e perder-se pelos entusiasmos revolucionários quer a conquistar tanto a «legitimidade eleitoral» como o respeito da comunidade internacional. AMF anota igualmente a visão estratégica da RFA: estimular a entrada da Europa em novo ciclo político por via da consolidação de bloco ocidental democrático e resistir ao bloco de Leste; aos estados do Sul potenciar-se-ia a passagem da via do acordo comercial na relação com a CEE para patamar superior de união política. A RFA pretendia em suma a consolidação da democracia portuguesa, tendo em vista o apoio económico – tido como muito oneroso tal qual «correcta avaliação dos custos deixava antever» –, vital à modernização e progresso económico de Portugal que, pelas palavras de W.Brandt (14, Março, 1976), aconteceria por «actos de solidariedade em diferentes níveis das instituições europeias.» Devido ao compromisso do MNE alemão e à determinação do governo português, Portugal assinava em Bruxelas os acordos que lhe permitiriam manter auxílio financeiro da Comunidade (20 Setembro 1976). Apresenta-se também a concertação do Chanceler H.Schmidt, enquanto passo determinante para o pedido formal de adesão de Portugal à CEE (28 Março 1977) e posterior anuência ao mesmo lavrada pela Comissão Europeia (Maio 1978), o que permitiria a condição de Portugal como membro de pleno direito da CEE em Janeiro de 1986.

## 2.

José Lúcio e Bruno Pereira Marques centrando-se no investimento alemão constatável nos anos 2008 e 2010 mostram o respectivo perfil territorial. Observando primeiramente a importância de autores germânicos clássicos como J.H.von Thünen(1783-1850), Alfred Weber (1868-1958), W.Christaller (1893-1969), A.Lösch (1906-1945) adentro das «teorias sobre localização em geografia económica», os autores reflectem sobre Espaço e Economia iniciando o leitor à inclusão das variáveis tempo e transporte na organização espacial de sociedade pretendendo gestão profícua do valor económico a conquistar. Porquanto os custos de transporte e mão de obra seriam factores tão pouco despidiendos como «as vantagens associadas à aglomeração» (A.Weber), sendo igualmente de importância capital o respeito pelo «princípio da centralidade geográfica» (W.Christaller) ou o de «sistemas de produção industrial» (A.Lösch) com vista à potenciação dos lucros; por último, não deixam de defender quanto a ponderação da aplicação dos princípios terá sempre de assimilar a especificidade de cada território(W.Isard).

Os autores, baseando-se em inquéritos de 2008 e 2010 realizados às «Empresas Alemãs em Portugal», consideram dedicar-se a maior parte destas à indústria automóvel, metalúrgica, de máquinas, química e farmacêutica.(60%) dirigindo-se a sua produção tanto mais à exportação (mínimo 25%) quanto mais a produção for industrial (máximo:> 90%). As empresas alemãs em Portugal, comprovam os autores, contribuem afinal em elevada percentagem para o PIB português ao venderem os seus produtos para mercados alemão e/ou outros. Registam igualmente ser a participação de capital social alemão nas respectivas empresas em Portugal tanto mais alta quanto maior for a unidade de produção industrial; mostram, com dados estatísticos, o esforço do investimento alemão em Portugal, apesar da ineficácia da administração pública, das más condições de pagamento, dos altos impostos e contribuições, dos altos custos energéticos entre outros, quer pela relativa estabilidade financeira, quer pelas infraestruturas, quer pelas condições de vida à disposição das administrações alemãs a acrescentar a factores de sucesso como «compreensão da mentalidade do cliente e dos colaboradores, flexibilidade e adaptação, inovação de produtos e serviços, preços competitivos, qualidade de produtos e serviços» entre outros. Apontando para a concentração das empresa alemãs em cerca de 40% no distrito de Lisboa e 17% no do Porto, registam os autores «lógica de descontinuidade urbano-funcional» face àqueles distritos, por empresas alemãs também operarem em distritos próximos daqueles como os de Braga e Setúbal – a proximidade a centros de expedição, como os principais aeroportos e portos de mar, e a afluência de mão de obra qualificada tornam ímpares estes distritos. Quadros estatísticos e mapas da distribuição das empresas alemãs em Portugal continuam a ajudar a perceber de forma proficiente a variação negativa (de 2000 a 2013) do investimento directo estrangeiro alemão em Portugal e a ilustrar o grau de atractividade de 2,5 em 5 com que Portugal conta junto do empresariado alemão.

### 3.

J.Félix Ribeiro apresenta, sob luz de pensamento estratégico, visão para Portugal. Começa por estruturar as vagas de investimento estrangeiro de acordo com os «processos geoeconómicos», os factores propiciadores e as «políticas macroeconómicas» em «quatro grandes vagas» de investimento estrangeiro ocorridas a partir dos anos sessenta do século XX:

- 1-«Vaga EFTA»
- 2-«Vaga "Rota do Cabo"»
- 3-«Vaga "EFTA na CEE"»
- 4-«Vaga Alemã»

Prossegue enunciando os choques de que a economia portuguesa foi vítima desde os finais do mesmo século e continua esclarecendo as dificuldades experimentadas pela economia portuguesa ao destacar os «quatro choques externos»:

- 1-«Dinamismo exportador das economias emergentes»
- 2-«Alargamento da EU» a Leste
- 3-«Adesão à União Económica e Monetária»
- 4-Significativo aumento das «importações energéticas de Portugal»

potenciadores do «agravamento das contas externas» devido à inexistência de «volume» e «variedade» nos investimentos ocorridos em Portugal a partir de 2000 o bastante para obviar às dificuldades presentemente vividas.

Relembra-nos o forte empenho de grandes empresas portuguesas como Telecom, EDP, Galp Energia, Cimpor, e grandes Construtoras que souberam multiplicar as facilidades do financiamento externo *post* adesão à UEM e ultrapassar o impasse pretérito, criando a designada «Vaga Brasil».

Aprofundando o seu pensamento estratégico, J. Félix Ribeiro aponta a necessidade de Portugal não se focar exclusivamente em «expedição colectiva à globalização», i.e. internacionalização das empresas portuguesas, sem ponderar o desenho da nova-vaga exportadora de «bens e serviços, conteúdos e conceitos», sem explorar «a atracção de rendimento vindo do exterior», sem procurar explorar nichos de mercado tanto menos exigentes em capital intensivo quanto mais diferenciados em «competências e conhecimento», sem aceitar a concentração do investimento directo estrangeiro na actividade industrial, por mais-valia geoestratégica.

Sublinhando as capacidades de actual geração de quadros técnicos portuguesa, reconhecida internacionalmente, refresca a memória colectiva ao enunciar as boas práticas cultivadas em vários laboratórios públicos e privados, na área técnico-científica como as da engenharia, da saúde, da computação, da automação-robótica, das biotecnologias bem avaliadas por júris internacionais oriundos de centros de excelência estrangeiros e por isso mesmo objecto de sedução estrangeira.

Propõe consequentemente com base nas vantagens geopolíticas, geoeconómicas, geohistóricas que Portugal, tirando partido dos seus factores de atractividade, gira Vaga de Investimento XXI e assim atente englobar nesta:

- serviços e conceitos mais elaborados quer de «Acolhimento, Saúde, Entretenimento» quer de «Desenvolvimento, Edificação, Mobilidade, Comunicação e Energia»,
- a proficiente ciência e técnica alemãs flectidas em prática centenária germânica assente em respectiva política exportadora, simultaneamente contribuindo

quer para o crescimento quer para a coesão europeus em nova era de Livre Troca Transatlântica.

#### 4.

Com base em dados objectivos publicados pelo AICEP relativos às dez maiores empresas exportadoras alemãs em Portugal e pelo semanário «Expresso» relativos às 1000 maiores empresas em actividade em Portugal e às que se distinguem por produzirem os quarenta produtos de excelência para exportação eleitas pela A. Mateus e Associados, Fernando Ribeiro destaca as empresas alemãs em Portugal satélites ou não de *clusters* alemães, para deixar igualmente em registo outras de concepção, tecnologia e gestão também nacional que ombreiam com as primeiras. Citando, quando possível, idade, localização e quota de exportação, o autor deixa entrever quanto estes dados contribuem para perceber as origens destas preocupações alemãs com as potencialidades nacionais. Reportando-se a relatos de viajantes alemães, esclarece-nos terem dois destes, logo em finais de XVIII, como declaram o também botânico Link ou o diplomata Lichnowsky (meados do XIX), denunciado não unicamente as fraquezas do reino, mas igualmente as medidas económicas, comerciais e políticas a serem perfilhadas por Portugal para aceder a patamar profícuo que lhe permitissem potenciar recursos internos – e externos, pois não esquece a poderosa quase universalidade da língua portuguesa. Pelas palavras do economista F.List, constata-se as lições por si extraídas do desenvolvimento económico inglês e a serem seguidas por Portugal, o qual via as vantagens quer do comércio livre e da livre concorrência quer da união estratégica de Portugal com os estados, nos quais valores como «amor ao trabalho», «ordem», eficiência económica e moderação fossem observados. Valores algo semelhantes aos constatados nos prussianos pelo Barão de Renduffe enquanto plenipotenciário português em Berlim: ordem, regularidade, equilíbrio, austeridade, visão presbita.

Recorrendo a Eça de Queiroz, quer como escritor quer como jornalista, prolonga-se a crítica à falta de ambição de Portugal, porque nação por si respeitada de país que tem potencialidades para futuro auspicioso seguindo a luz do «génio português», caso, como a Europa, não esquecesse o seu mais valioso património: as «ciências históricas», as «ciências sociais», único lastro para equilibrar a competitividade desenfreada cerceadora da fraternia fundadora de «Estados Unidos da Europa», ninho de justiça, liberdade e direito como além Atlântico. Na senda desta subyacência, retomam-se propostas de economistas e CEO's portugueses, e estrangeiros coevos que, tal como Eça, já à distância de um século, desvendam os valores da «sociedade civil forte» ou da «austeridade inteligente» a serem consoli-

dados por elite disposta a fazer embarcar Portugal, com mérito e papel relevante, na nau-Europa como forma de sobreviver no oceano da globalização.

Por fim, após situar a questão portuguesa em contexto europeu, retoma-se, à luz de pensadores e políticos alemães como U.Beck, H. G. Gadamer ou Helmut Schmidt, o cerne da, e a solução para a, problemática actual: a união da Europa e a forma de consolidar a União Europeia. Destaca-se por isso a solidariedade entre centro e periferia da Europa como via autêntica para fomentar a vivificação de toda a soberania dos povos: cidadão consciente da inscrição no Outro da Cultura de/a Humanidade/s, da qual qualquer se sente regionalmente património vivo, enquanto condição *sine qua non* de gestão institucional efectivamente vantajosa em interacção com qualquer bloco comercial ou político global, a fim de a Europa continuar sendo «a parte mais interessante do mundo» (Eça de Queiroz).

## 5.

Esta a questão: como tornar a Europa «a parte mais interessante do mundo» para viver em Paz e na qual o mundo se possa rever em e reflectindo a paz?

Poderá a Europa sobreviver sem o domínio das matérias primas ou sem o mercado dos produtos acabados, sem o garantido regime de trabalho das populações? Servir-lhe-á o avanço científico – cujo controlo lhe escapa pelos canais globais – para cativar essa paz assente no «credo do mercado» e no Estado social que não sabe como continuar a sustentar?

De pertinência atroz, estas questões confrontam-nos com a nossa (sobre) vivência do futuro; brotam da ponderação do Professor Adriano Moreira, que denuncia o «neoriquismo» (p. ), também evidente na « falta de real governança europeia» (p. ), adutor da crise actual. Trazem consigo igualmente o conselho da idade cuja experiência advoga que se convoquem as instituições internacionais, como o Conselho Económico e Social da ONU, a fim de activar paradigmas de humanidade, e se evitar a penhora da soberania nacional por gerações e a desagregação da Europa cuja voz se perderá com a ausência de um «plano estratégico para chegar à governança da unidade» (p. ).

Retomando tema e palavras em conferência sua proferida em IDN, 2012 Outubro, o Professor Adriano Moreira reforça importância da consciência do poder dos fracos e pobres da Europa do Sul, como Portugal, cuja voz com bastantes séculos de idade, saber e fazer poderá contribuir para o desengano de outros, a Norte, assim saibam persistir no poder da sua melhor palavra contra a palavra do poder de outrem.

## 6.

A presente obra, centrando-se embora, em aspectos relativos à interacção vantajosa para Portugal e para a Alemanha, não deixa de suscitar as atenções para a questão premente vivida no seio da Europa que estes dois países, respectivos estados e suas nações, integram: a crise. A crise oportuna, a qual só poderá ser superada se, quer Portugal quer a Europa, não perderem a esperança e contribuírem para a reforma urgente.

Importará afinal formar novas elites que consigam, utilizando os meios de comunicação global hodiernos, cultivar a comunicação entre cidadão e instituição comunitárias e assim debelar a indiferença e desinteresse manifestos entre os povos e os seus legítimos representantes comunitários. Porquanto só assim aos primeiros se proporcionaria consequente e mais naturalmente o acesso quer à compreensão de um trajecto comum futuro quer ao indispensável empenhamento no exercício dos seus direitos cívico-comunitários. Estariam, as novas elites, deste modo dando prova de acompanharem, à mesma velocidade, a mudança que os meios de comunicação e de deslocação potenciam e cujos resultados estarão à vista de todos na assimilação de novos hábitos de viver – pensar, comportar-se. Hoje em dia, privados de um móbil-de-sacrifício – outrora sob forma de catástrofe artificial e identificável como a guerra – gerador de consciência solidária colectiva, ser-nos-ia difícil estruturar e cativar solidariedades colectivas para resistir a catástrofe tão artificial quanto abstracta, mas de consequências tão funestas, como a especulação financeira.

Impor-se-ão novas elites, novas reformas ostentando novas formas de fazer a transformação transferir-se da consciência do cidadão nacional para o transnacional sem que as instituições percam em carácter quer democrático quer igualitário. A soberania manter-se-á, mais do que sob os Estados, sob a consciência dos povos – tão distante da insatisfação quanto do usufruto apático – atentos à orientação política resistente e sob competência transnacional.

Da natureza do Sul, a «pobreza»; da natureza do Norte, a «riqueza». Ambas se recolhendo à solidariedade que em ambas faz renascer a Cultura. Ou como J.Habermas, que, ao vir-nos acompanhando com «Um Ensaio sobre a Constituição da Europa», disse:

A União tem de garantir aquilo que a Lei Fundamental da República Federal da Alemanha apelida de «homogeneidade das condições de vida» (artigo 106º,nº3). Esta «homogeneidade» só se aplica à variedade de condições de vida *sociais* aceitável do ponto de vista da justiça distributiva, e não à eliminação de diferenças *culturais*. (J.Habermas, *Um Ensaio sobre a Constituição da Europa*, Lisboa, Ed.70,p.114)

## 7.

A Europa, a UE, inscrever-se-á em quadrante regional em pleno mundo global, no qual a dimensão: Estado-Nacional terá o estatuto tanto mas valioso quanto contribuinte de mais-valor para quer uma nova Ordem mundial quer a efectividade da justiça global em seu seio – não é cerne deste volume, embora paire sobre este aura de reflexão relativa ao espaço global.

E a comunidade internacional ganharia caso se transplantasse para patamar, no qual a, desde há muito, comunicação de acessibilidade global, se tornasse disponível à ponderação do melhor juízo fundamento das melhores decisões a que a comunidade internacional não se poderia eximir enquanto instituição sede de competência e performance ética. O seu Conselho de Segurança «tomaria as decisões de fundo» – a serem controladas por tribunais –, ficando com «Parlamento mundial» a reflexão sobre a justiça global de uma nova ONU, na qual, segundo Habermas, ao defesa dos direitos humanos e a abolição da violência constituiriam o coração da missão (id.ibid.p.126).

A reflexão exclusiva em tal sede, em demanda de um «ethos comum», e em defesa exclusiva dos direitos humanos justificaria não só a emanção de normas de direito coercivo como sobremodo compeliaria a empenhamento decidido e decisivo de «opinião pública global» qual reflexo de civilização – cujas nações se passariam a entender como fratria –, de comunidade internacional solidária cuja nova mentalidade se exprimiria por voz de cidadãos-do-mundo, representantes cosmopolitas dos povos de Estados em Parlamento supra-estatal composto também por estes eleitos. Face ao mercado da finança incontrolável por Estado-Nacional, só por mão da «juridicização» democrática em sede de instituição transnacional proficiente, poderia a comunidade global entregar-se e fazer o ritmo da civilização acompanhar as condições de vida do cidadão global (id. ibid.p.121-5).

A Europa destinar-se-ia decerto, ainda J.Habermas, a união para, nessa condição, eleger os seus cidadãos-cosmopolitas ao futuro Parlamento Global.

Santa Cruz de Benfca, 30 Julho 2013